

Disputa entre governo e oposição decidirá o futuro da Estrutural

ISABELA ABDALA

Na próxima terça-feira, a Câmara Legislativa será palco de uma batalha entre o Governo e oposição. Os dois lados estarão medindo forças na apreciação do veto do governador Cristovam Buarque ao projeto do deputado José Edmar (PSDB) de criação da cidade Estrutural. Aprovada no segundo turno com um placar apertado de 13 votos a 11, a cidade Estrutural enfrentará agora uma votação secreta que poderá poupar o desgaste político a qualquer deputado que resolva mudar de lado.

Apostando alto no trunfo do voto secreto para atrair a adesão do chamado grupo vulnerável — que pode mudar de idéia em relação às outras votações — os deputados que são contra a cidade farão de tudo para que o regimento interno seja cumprido e o sigilo da votação seja mantido. O deputado distrital César Lacerda (PPR) já comunicou à líder do governo na Câmara, Lúcia Carvalho (PT) que vai apresentar requerimento de anulação de voto, caso algum parlamentar pretenda mostrar sua posição na hora de depositar a cédula.

A notícia tranqüilizou a bancada governista, que temia perder possíveis adesões com a campanha do autor do projeto de abertura do voto. Apesar do presidente da Câmara Legislativa, Geraldo Magela (PT), ter anunciado que vai distribuir número igual de senhas aos deputados para o acesso à galeria, a líder do governo estava preocupada com as pressões de populares. “A idéia de Lacerda nasceu de uma conversa que tivemos, onde discutimos a pressão que a população pode exercer, caso os deputados resolvam abrir o voto”, revelou.

“**Mentira**” — Edmar reivindicou ao presidente da Câmara um número maior de senhas, por ser o autor do projeto. “A capacidade da galeria é para 144 pessoas sentadas, mas dá para entrar 200. Vamos acabar chegando a um acordo”, disse o deputado tucano, garantindo ter o apoio de 15 parlamentares. “Depois de tanta mentira do Governo, deputados do próprio PT já se mostraram indignados”, acrescentou.

Magela revelou que amanhã, a Câmara Legislativa terá um esquema especial de segurança para evitar acampamentos do lado de fora. “É uma questão de segurança, queremos garantir a todos que vierem à Câmara, seja contra ou a favor da Estrutural, que não se sintam constrangidos”, comentou. Quanto ao pedido de Edmar de um número maior de senhas, ele disse que, por enquanto, não vê necessidade.

Tanto o presidente da Casa, quanto a líder do Governo, afirmaram que o quadro não se alterou desde a última votação, em junho. “As conversas que estão sendo feitas não estão produzindo grandes avanços. Acho que o quadro está inalterado”, disse Magela. “Estamos trabalhando, mas não existe novidade”, revelou Lúcia Carvalho.

O líder da maior bancada da Câmara, Luiz Estevão (PP), também preferiu não cantar vitória. “Não gosto de antecipar votação, mas a nossa bancada continua com a mesma posição”, afirmou. O deputado João de Deus (PDT) também garantiu que não vira casaca.

Cristovam vai ao STF se perder

Caso a Câmara Legislativa derube o veto do governador à criação da Cidade Estrutural, Cristovam Buarque vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, segundo a consultora jurídica adjunta do Palácio do Buriti, Vera Lúcia Antônio Araújo. De acordo com ela, o projeto viola a Constituição e fere a Lei Orgânica do Distrito Federal, em uma série de artigos sobre desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

Na mensagem enviada ao presidente da Câmara no dia 26 de junho, Cristovam justificou seu veto, alegando que o projeto da cidade fere o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), previsto na Lei Orgânica e no texto constitucional.

O governador argumenta que a criação da Cidade Estrutural desobedece aos artigos 289 e 312 da Lei Orgânica e o artigo 225 da Constituição. Isso porque o projeto vai de encontro ao estudo de impacto ambiental da área de abrangência, que condena a ocupação da área com habitações. O estudo foi examinado pelo Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente (Ibama) e Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec). (I.A.)



Magela não mostra confiança



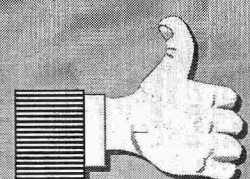
Edmar mantém o otimismo



Bancada unida

TENDÊNCIA DA VOTAÇÃO

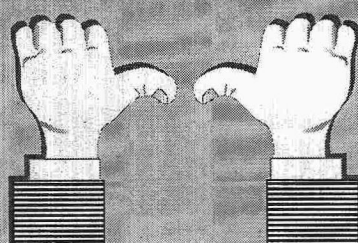
A Favor da Cidade Estrutural



10

Benício Tavares (PP) Daniel Marques (PP) Edimar Pirineus (PP), Jorge Cauhy (PP), Luiz Estevão (PP), Manoel de Andrade (PP), Tadeu Filippelli (PP), José Edmar (PSDB), Marcos Arruda (PSDB), João de Deus (PDT)

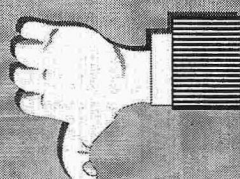
Indecisos



3

Adão Xavier (PFL), Renato Rainha (PL) e Odilon Aires (PMDB)

Contra a Cidade Estrutural



11

Antonio Cafú (PT), Geraldo Magela (PT), Lúcia Carvalho (PT), Marco Lima (PT), Miquéias Paz (PCdoB), Rodrigo Rollemberg (PSB), César Lacerda (PPR), Cláudio Monteiro (PPS), José Ramalho (PDT), Maria José Maninha (PT), Peniel Pacheco (PTB)

DEFESA DE JOSÉ EDMAR

■ **Legal** — A Lei Orgânica e a Constituição Federal definem a moradia e o bem-estar social como direitos do cidadão;

■ **Ecológico** — Os ecologistas sabem que é possível um assentamento sem prejuízos para o Parque (existe tecnologia nesse sentido).

■ **Demográfico** — Há seis anos as inscrições do programa habitacional estão encerradas, mas nesse período, milhares de jovens famílias se formaram no DF (não é migração) e estão sem perspectiva de moradia própria;

■ **Urbanístico** — Brasília foi concebida sobre a ótica socialista de Niemeyer, com convivência harmônica de classes sociais distintas. Além disso, todos os estudos recentes, inclusive de esquerdistas, defendem o adensamento entre o Plano Piloto e a cidade de Taguatinga. O próprio Plano Diretor de Ordenamento Territorial estabelece essa tese;

■ **Social** — A proximidade de classes sociais distintas propicia o desenvolvimento dos menos favorecidos, que conseguem empregos e um nível de vida mais digno. O isolamento, ao contrário, cria guetos desumanos;

■ **Econômico** — Os mesmos recursos que serão utilizados para implantar o assentamento industrial, defendido pelo GDF, também servirão para o assentamento misto. Lugar ideal de indústrias é perto dos assentamentos, onde o desemprego é elevado;

■ **Político** — As milhares de famílias inscritas no Idhab estão descontentes com a falta de perspectiva na área habitacional. Prometer na campanha uma solução e não apresentá-la, isto sim é moeda política, uma moeda dobre;

■ **Ético** — Ninguém está passando por cima do Idhab. O projeto não diz isso, e a grande maioria dos moradores da Estrutural, inclusive os mais recentes, têm inscrição;

■ **Cultural** — O trabalhador brasileiro e o exército de desempregados estão cansados de cultura da miséria, da apatiação, do aluguel caro, da falta de perspectivas; e

■ **Fundiário** — A terra pública não pode ser trocada como se fosse um produto eleitoral, um bônus político, dada a empresários que, se quisessem gerar empregos, iriam para os assentamentos já existentes.

ARGUMENTOS DO GOVERNO

■ **Legal** — a lei não pode permitir a farta distribuição de terra pública;

■ **Ecológico** — todos os órgãos fiscalizadores do meio ambiente são contrários a essa prática, adotada muitas vezes em áreas de proteção ambiental;

■ **Demográfico** — constitui-se num instrumento indutor de uma forte migração interna, ampliando os problemas sócio-econômicos da cidade;

■ **Urbanístico** — o crescimento desordenado das cidades rompe com a concepção urbana do Distrito Federal;

■ **Social** — agrava os problemas de educação, saúde, segurança e geração de empregos;

■ **Econômico** — exige a disponibilidade de muitos recursos para a implantação de infra-estrutura urbana, além de, em certos

casos, ocupar áreas destinadas a atividades geradoras de emprego;

■ **Político** — transforma o direito à moradia em moeda política, agradando uns poucos beneficiados e desagradando milhares de pessoas inscritas na lista do Idhab;

■ **Ético** — gera um dilema, ao criar uma falsa expectativa para os que invadiram terra pública, ou transforma ocupantes ilegais em privilegiados passando por cima de outros inscritos;

■ **Cultural** — fortalece a cultura do lote, que tomou conta da cabeça da população pobre do Distrito Federal; e

■ **Fundiário** — é o caminho para que a terra pública, tratada de forma licenciosa, deixe de beneficiar os que dela realmente precisam e termine nas mãos de terceiros, nem sempre carentes, que acabam comprando os lotes.